

Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930)¹

Milton Ramon Pires de Oliveira

Resumo

O trabalho enfoca a constituição de uma rede social de projetos, abrangendo o território nacional, na qual foram incorporadas as representações e ações sociais produzidas, materializadas e transmitidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil, as quais tomaram como tema central as condições sociais no campo. As intervenções eram orientadas para uma modernização, concebida a partir da introdução de princípios científicos nas atividades agropecuárias. Progresso e civilização eram faces de um pretendido Brasil moderno. A constituição e articulação do ensino e pesquisa foram centradas num sistema educacional, abrangendo desde cursos elementares até superior. A análise está centrada no período da 1ª República no Brasil (1889-1930), delineando a diversidade das propostas incorporadas no que poderia ser denominada de uma pedagogia para o campo, a qual foi configurada junto ao governo federal. Foram consultados os relatórios anuais dos ministérios, que eram endereçados ao Presidente da República.

Palavras-Chave: instituições educacionais, ensino agrícola, estado

Abstract

To civilize and modernize. The Agricultural Teaching in the Republican Brazil (1889 - 1930). This paper focalizes the constitution of a social set of nationwide social projects, indeed a large net of projects, which incorporated the social representations and actions produced, materialized and transmitted by the Brazilian Agricultural, Industry and Commerce Ministry. Main themes were the social conditions on the hinterland. Its interventions were oriented onto a modernization, concerned to the introduction of scientific principles on the agricultural activities. Progress and civilization were the faces of an intended modernized Brazil. The constitution and articulation between teaching and research were centralized on an educational system, offering since elementary until graduate courses. This analysis focalizes the First Republic in Brazil (1889 - 1930), highlighting the diversity of the incorporated proposals, in a pedagogy for the hinterland, created by the federal government. We consulted the annual proceedings from the ministries, addressed to the republic's president.

Key-words: educational institutions, agricultural teaching, state

¹ Texto apresentado no painel Estado e Políticas de Constituição da Cidadania durante o VI Congresso Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana, realizado em San Luis Potosi, SLP, México, de 19 a 23/05/2003.

Introdução

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil constituiu uma rede social de projetos, abrangendo o território nacional, na qual foram incorporadas as representações e ações sociais produzidas, materializadas e transmitidas pelo ministério, as quais tomaram como tema central as condições sociais no campo. As intervenções eram orientadas para uma modernização, concebida a partir da introdução de princípios científicos nas atividades agropecuárias.

Progresso e civilização eram faces de um pretendido Brasil moderno. Além do lugar do país entre as demais nações, a sua própria identidade estava em questão e era debatida. Era deixar o "essencialmente agrícola" para integrar o Ocidente, de marcado perfil urbano. A modernização técnica e econômica envolvia modificações na agropecuária, em parte objetivadas com as reorganizações do Ministério. A constituição e articulação do ensino e pesquisa foram centradas no Serviço de Ensino Agrônomico, que administrava um sistema educacional que abrangia desde cursos elementares até superior, em instituições específicas.

O recorte realizado para esse artigo enfatiza o período da 1ª República no Brasil (1889-1930), delineando a diversidade das propostas incorporadas no que poderia ser denominada de uma pedagogia para o campo, a qual foi configurada junto ao governo federal. Foram consultados os relatórios anuais dos ministérios, que eram endereçados ao Presidente da República². Trata-se de documentação com características peculiares: voltava-se para registrar o que era realizado pelos referidos órgãos governamentais, prestando contas da sua atuação; serviam também de fonte para as argumentações e proposições postas durante as disputas por recursos, que envolvia os órgãos da administração estatal.

O debate social sobre o campo: as representações produzidas

A República no Brasil, proclamada no final do século XIX (1889), estimularia o debate sobre aspectos que, qualificados como problemas, eram objetos de atenção de diversos setores da sociedade. Um dos temas era as condições sociais da produção agropecuária, em torno do

² Foram consultados os exemplares microfilmados do acervo da Biblioteca Nacional (situada no Rio de Janeiro), abarcando o período delimitado: relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

qual foi sendo configurada uma temática ampla, comportando aspectos diferenciados, alguns vindos desde períodos anteriores, outros demandados pelas mudanças em curso no período.

Para a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que associava produtores rurais, pretendendo expressar as demandas apresentadas pelos mesmos, bem como ser um canal de pressão política de parte do setor, o diagnóstico que produzia sobre as condições de produção era enfático: vivia-se uma *crise*. Voltando-se para a formulação de propostas, incorporava demandas diversificadas, que tinham na SNA uma instância possível de representatividade. Era necessário *regenerar* o campo, o que deveria ser realizado a partir das seguintes intervenções: modernização da agricultura, para a qual as expansões do ensino profissional e da mecanização concorreriam; diversificação agrícola definida em contraposição à monocultura; estímulo ao associativismo; fixação do homem à terra pelo aumento das pequenas propriedades; criação de instância estatal que tratasse do setor³ (cf. Mendonça, 1997). Essas foram as recomendações que sintetizavam os debates dos participantes do Congresso Nacional de Agricultura, realizado em 1901, na cidade do Rio de Janeiro.

A mão-de-obra nacional e as condições sociais da produção agrícola foram temas enfocados paralelamente ao debate sobre o fim do trabalho escravo. Proprietários rurais demandavam a intervenção do governo em propostas para educar e qualificar a mão-de-obra, assim como a migração subvencionada. Para os negros e pobres, recém-libertos, formulavam-se propostas de mobilização da mão-de-obra. A dos proprietários rurais incidia sobre a infância e concebia a educação enquanto capaz de qualificar parcela dos trabalhadores. Outras propostas eram: intervir sobre o movimento migratório do campo para as cidades; modificar as condições sociais da produção através de princípios técnicos pautados pela ciência, os quais demandavam a ação educativa para serem incorporados à prática produtiva da agricultura; retirar dos espaços urbanos em expansão personagens já conhecidos, cuja crescente presença gerava incômodos àqueles que almejavam para os trópicos as paisagens dos centros europeus.

Os trabalhadores do campo eram definidos como um dos problemas. A situação na qual se encontravam chegava a ser classificada como obstáculo para as mudanças pretendidas. Eram desqualificados pela ótica dos proprietários e das elites em geral ao serem nomeados de

³ Por um período, 1894 até 1908, o setor agrícola ficou sem um órgão federal que tratasse de suas demandas. Tal situação foi objeto de discussões entre os participantes do Congresso Nacional Agrícola (1901) e figurou enquanto demanda apresentada ao final do evento.

preguiçosos, apáticos, presos a práticas atrasadas, resistentes ao progresso e às mudanças. Esse foi o perfil delineado para o *trabalhador nacional*.

Com o refluxo do movimento migratório externo, especialmente após a I Guerra Mundial, restava a mão-de-obra nacional; para a qual voltaram-se as atenções. Parte das propostas educativas, incluindo a criação de instituições de ensino agrícola, tomava os trabalhadores nacionais como público alvo. Para eles foi configurado um nível específico de escolarização: o ensino elementar agrícola, que incorporava noções básicas de técnicas e organização do trabalho. Objetivava, principalmente, produzir disposições disciplinares que propiciassem a incorporação dos nacionais em uma nova ética do trabalho, demandada pela organização da produção voltada para a indústria ou para a exportação. Conhecimentos elementares também eram ofertados no referido ensino, realizando assim aquilo que era incumbência da escola primária.

A violência também foi um dos instrumentos utilizados. O recrutamento para um conjunto de instituições voltadas para a assistência da infância e da adolescência era realizado pela força policial.

Ao representar como seria produzida a regeneração da agricultura, operava-se a incorporação dos trabalhadores nacionais no mesmo processo: a educação foi posta em lugar de destaque e as propostas educativas tinham a intenção de produzir um agricultor que, pela adesão às mesmas, se tornasse receptivo às indicações e à introdução de práticas tidas como mais eficientes e garantidoras de maior produção, uma vez que eram baseadas em princípios científicos. Nos investimentos republicanos voltados para a educação no campo, também cabia a preparação dos técnicos e profissionais de nível superior, aos quais caberia o lugar no alto da hierarquia do sistema de ensino agrícola.

Quanto à educação popular, era destacada a preparação dos trabalhadores nacionais, buscando intervir no movimento de migração interna, que tinha como destino os centros urbanos. A "ruralização da escola primária", influenciando os educadores⁴, reafirmava a ideologia que definia o país como "essencialmente agrícola"; tais representações eram articuladas ao ideário nacionalista, presente nas décadas de 1910 e 1920. A escola foi definida como um possível "instrumento de fixação do homem no campo" (cf. Nagle, 1985).

⁴ Segundo Nagle (1985) o processo de ruralização também teria influenciado a formação profissional dos professores com a constituição da escola normal rural.

As demandas por intervenções estatais diretas na agricultura apontavam para a recriação do MAIC⁵. Na sua atuação buscou acatar e encaminhar parte das demandas dos produtores rurais, especialmente aqueles que se congregavam na SNA, proporcionando parte dos suportes que viabilizariam a modernização esperada:

Diversificador da agricultura e enquadrador da mão-de-obra, o Ministério traduziria a necessidade da difusão do saber técnico em sintonia com as duas principais questões inerentes ao debate ruralista: elevação da produtividade agrícola por meio da mecanização e da educação rural. No primeiro caso o órgão perseguiria seus fins mediante a ação propagandística e a prestação de serviços, ao passo que no segundo, atuaria por intermédio do estabelecimento de um núcleo de instituições de 'ensino' agrícola elementar, altamente segregacionistas e imobilizadoras de mão-de-obra. (Mendonça, 1997:148-9)

A República brasileira tomou para si a tarefa de colocar o país "em pé de igualdade com as nações civilizadas". Mirando-se na Europa do final do século XIX, proclamava a necessidade de reformas em vários setores da sociedade: era a elite que buscava sintonizar o país às mudanças em curso no mundo capitalista, percebidas enquanto introdutoras do progresso. Para essa tarefa, os intelectuais foram chamados e responderam aliando-se ao Estado em intervenções autoritárias, que marcaram o período enfocado. Não mais os bacharéis, deslumbrados com o potencial do conhecimento científico. Foram os especialistas afiliados ao Positivismo e autodefinidos como vocacionados para conduzir a nação em direção à civilização (cf. Herschmann, 1994).

A busca de legitimidade das propostas de intervenção do Estado, entre elas a de um sistema de ensino voltado para o campo, foi orientada para a incorporação de saberes com bases científicas. Recorrentemente apresentados como superiores, avançados e modernos, eram tidos como garantidores do processo regenerador, pretendido para as condições sociais de produção, em especial do próprio homem, expresso no incremento dos índices de produtividade e na disposição da mão-de-obra em aderir a uma nova ética do trabalho.

⁵ O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi extinto em 1894, ficando a agricultura sem uma pasta na estrutura do governo federal. Tal situação foi objeto de discussão no Congresso Nacional de Agricultura, realizado em 1901, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Sociedade Nacional de Agricultura - SNA. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) foi criado em 1909; segundo Mendonça (1997), representando setores dominados da agropecuária; os cafeicultores, segmento mais dinâmico da produção, tinham no Ministério da Fazenda seus interesses implantados com a nomeação do titular da pasta escolhido em atenção ao setor.

O ideário marcadamente positivista também influenciava as representações e ações sociais afetas ao relacionamento entre cidadão e Estado. O caminho para o progresso passava pelas intervenções que pretendiam o controle da população. Fundada em pressupostos iluministas, a concepção de cidadania era subordinada ao acesso ao conhecimento, destacando a educação enquanto alternativa de domesticação dos indivíduos, o que era particularmente interessante num contexto de reorganização das relações sociais.

A rede social de projetos do MAIC ⁶

A definição da educação, enquanto um dos instrumentos de intervenção frente à situação de crise delineada, reafirmava as possibilidades de mudanças como decorrentes da extensão da escola ao campo, seguindo um plano de montagem de um sistema educacional voltado para atender às demandas presentes. A escola contribuiria para a produção de um "agricultor moderno", isto é, aquele que orientasse os seus procedimentos pelas técnicas de produção baseadas no conhecimento científico. Na construção desse produtor rural, a escola era representada como instância privilegiada, concorrendo para ampliar a base de sustentação da agricultura moderna. O sistema escolar deveria incorporar, também, a formação daqueles que produziriam o conhecimento a partir da crescente especialização - os agrônomos.

A complexidade da situação, então diagnosticada, demandava a elaboração de propostas que abrigassem as diversas situações envolvidas e sobre as quais deveriam intervir. Assim, as primeiras formulações gerais já apontavam para as variadas formas que a proposta educativa deveria assumir. Para o delineamento do possível sistema de ensino agrônômico, a situação de outros países era tomada como referência, exemplificadora da efetividade daquilo que foi implementado.

Isto quer dizer que teremos de apelar para a instrução profissional agrícola, multiplicando-a em institutos de ensino agrônômico, em seus diferentes graus e classes, a saber: aprendizados agrícolas, campos de demonstração, postos zootécnicos, estações e fazendas experimentais, fazendas-modelo de criação, escolas de laticínios, centros agrícolas, colônias indígenas, além de todas as modalidades

⁶ O recorte para este trabalho foi o sistema de ensino agrícola vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Os documentos consultados destacam níveis diferenciados de organização nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia (rmaic, 1908), enfatizando que aos governos locais cabiam a administração.

da instrução popular, como sejam: cursos ambulantes, ensino primário agrícola, bibliotecas rurais, comícios, conferências, exposições e os demais meios de divulgação praticados sistematicamente em todos os pontos onde existam terras a cultivar. (Rmaic 1910-11)

A hierarquização da estrutura do ensino agrícola em constituição abrangia, no seu topo, a **Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária**⁷, localizada no Rio de Janeiro. Nos demais níveis seriam contempladas as iniciativas voltadas para atender à diversidade presente. A atuação do Ministério junto à educação, ou o consolidar da sua definição enquanto um instrumento promissor para modificar a situação de atraso apontada, levava a uma especialização da proposta de ensino agrícola, com a criação de uma instância específica, ligada ao MAIC, que englobaria as variadas atividades voltadas para a educação no campo: seria a Superintendência do Ensino Agrônômico.

A Superintendência do Ensino Agrônômico seria constituída como um centro de coordenação, congregando estabelecimentos e serviços, então esparsos, os quais passaria a administrar, contando com as orientações do Conselho Superior do Ensino Agrônômico, instância de caráter consultivo. Seriam incorporadas à Superintendência as escolas médias e teórico-práticas, as escolas especiais de agricultura e de indústrias rurais, de laticínio, o ensino doméstico agrícola, os aprendizados, a instrução agrícola elementar, o ensino agrônômico extensivo (cursos ambulantes de agricultura, zootecnia, tecnologia rural e mecânica, comícios, conferências, exposições, círculos de estudos, serviço de consultas, crédito, cooperação, mutualidade, publicações e propaganda contra o êxodo rural), as estações experimentais (reorganizadas para atender às várias especializações da indústria agrícola; manutenção e divulgação dos cursos de mecânica prática e de química industrial). (cf. rmaic, 1920: xxxvi)

Integrando a estrutura do ensino agrícola, as **escolas médias ou teórico-práticas da agricultura** tinham um programa de ensino voltado para os "princípios gerais da agricultura, zootecnia e veterinária", incorporando matérias e atividades práticas, bem como equipamentos e instalações, recursos esses que expressam o objetivo de formar um determinado nível de especialização, dotando a organização do trabalho agropecuário de profissionais de nível intermediário, habilitados para gerenciar o processo de produção no campo, em suas múltiplas faces, com

⁷ Nessa seção destaco, em negrito, os tipos de instituições, os estabelecimentos e as propostas de ensino agrícola que foram implementadas pelo MAIC durante o período nomeado de Primeira República no Brasil. As propostas formuladas mas não implementadas, bem como as iniciativas particulares ou de responsabilidade de governos estaduais e locais não são abordadas neste artigo.

atribuições de difundir e controlar a aplicação dos conhecimentos técnicos⁸. O curso tinha duração de 03 anos e, dedicando-se às culturas e indústrias rurais da região onde situavam-se, funcionava em regime de internato, em diferentes regiões do país – Nordeste (Bahia), Sudeste (São Paulo) e Sul (Rio Grande do Sul), distribuição espacial que concorria para realizar a diversificação da proposta de formação profissional, como era pretendida e proclamada nos documentos.

As **escolas permanentes de laticínios** tinham como objetivo atender ao ensino prático de especialidades demandadas pelas indústrias pecuária e agrícola. Assim, intencionava o governo fomentar tais ramos industriais. Em 1911, foram criadas 02 unidades em Minas Gerais, estado com tradição na produção de queijos e demais produtos laticínios, nos municípios de Barbacena e São João del-Rei.

Os **aprendizados agrícolas** atenderiam a jovens, filhos e filhas de pequenos produtores rurais, com idade entre 14 e 18 anos. Sua proposta era de ensino regular no curso agrícola, direcionado para as técnicas de produção sob bases científicas, e no curso primário, que ofertava aquilo que cabia à escola primária (as primeiras letras)⁹, com o objetivo de viabilizar o desempenho do aluno na aquisição dos conhecimentos voltados para a qualificação profissional.

Os aprendizados agrícolas funcionavam com internatos, externos e semi-internatos, num tipo de organização que reproduzia as condições presentes nas propriedades agrícolas, com instalações próprias às demandas da divisão do trabalho. Aos alunos eram garantidas remunerações pelos serviços realizados durante o tempo em que permaneciam vinculados à instituição. Os resultados das vendas dos produtos eram guardados pelo diretor, que poderia premiar os alunos com destacado desempenho (cf. Mendonça, 1997).

Os objetivos pelos quais foram criados, assim como as escolas práticas, estão registrados na documentação trabalhada:

Na série descendente dos estabelecimentos de ensino agrícola de que cogita o decreto n. 3319, de 20/10/1910, seguem-se como órgãos de sua difusão as escolas práticas e aprendizados agrícolas, que,

⁸ Entre as matérias incorporadas ao programa de ensino das referidas instituições estavam: Química Mineral, Engenharia Rural, Química Geral Inorgânica, Mineralogia, Química Orgânica, Química Agrícola, Bromatologia, Física, Botânica, Fitopatologia, Topografia, Agricultura. Os exercícios práticos eram realizados em oficinas de carpintaria, ferraria, em laboratório de tecnologia. Contavam com biblioteca, salas de aulas, anfiteatro, sala de balanças, fazenda experimental, museus, jardim botânico, horto botânico e florestal, viveiros, estâbulos, depósitos, hospital veterinário, enfermaria para alunos, indústria de laticínio, frigorífico.

⁹ O Aprendizado Agrícola de Barbacena ofertava o curso primário em horário diurno e noturno (rmaic, 1913)

visando em seus programas o ensino dos métodos racionais da exploração do solo, manejo dos instrumentos agrícolas, práticas relativas à criação, higiene e alimentação dos animais domésticos, seu tratamento e diversas indústrias agrárias, estão destinados a fornecer, em breve prazo, mestres e trabalhadores habilitados aos serviços das propriedades e fábricas rurais. (rmaic, 1911-1912)¹⁰

As unidades ofereciam ensino teórico e trabalhos práticos, os quais eram realizados nos campos experimentais, forrageiros e de demonstração, hortas, jardins, oficinas (alvenaria, olaria, ferraria, carpintaria, serraria), postos meteorológicos, estação zootécnica, fábricas de conservas, galinheiro, baias, pocilgas e pombal. As atividades práticas eram voltadas para a horticultura, jardinagem, fruticultura (com produção de mudas para distribuição aos produtores que solicitassem), produção de sementes (distribuídas aos agricultores), culturas industriais (café, fumo, algodão, mandioca, milho, arroz)¹¹

O *ensino elementar agrícola* teria objetivos específicos, dirigido à parte da população qualificada como ignorante, presa a métodos arcaicos de produção, sem conhecimentos suficientes para implementar as mudanças necessárias a uma atividade que gerasse o progresso baseado nos princípios da cientificidade. Para tais segmentos, foi direcionada a instrução elementar agrícola oferecida nos orfanatos, asilos e colônias, objetivando o preparo do trabalhador rural e dos pequenos produtores; enfatizava a regeneração e a disciplina, direcionando-se para a adoção de uma "nova ética do trabalho".

Ainda que concordando com tal investimento, os ruralistas não deixavam de olhá-lo com desconfiança. Segundo suas concepções, um mínimo de instrução seria suficiente para habilitar os trabalhadores. As **fazendas-modelo** seriam as instituições que implementariam a instrução por eles considerada adequada, assim desqualificando a escola primária oficial. Tais instituições receberiam os filhos dos produtores indicados pelas autoridades locais. Inseridos nas fazendas, em regime de camarada ou como trabalhador contratado, vivenciariam o trabalho segundo os métodos especializados (de preparo do solo, trato de sementes e operações com máquinas), aprendendo pelo trabalho durante todo o período do dia (cf. Mendonça, 1997).

Os **patronatos agrícolas** foram criados enquanto misto de agência de ensino agrícola e de alternativa às instituições presidiárias.

¹⁰ Na documentação também ficou registrado o número de unidades institucionais criadas até 1912: 08 (oito), sendo 03 na região Nordeste, 01 no Norte, 02 no Sul e 02 no Sudeste (rmaic, 1911-1912).

¹¹ A documentação registra variações entres as unidades dos patronatos agrícolas quanto às instalações e culturas, implementadas segundo as condições ambientais e sociais das regiões onde se localizavam.

Recebiam crianças e adolescentes com ligações com a atividade agropecuária e, também, aqueles provindos dos centros urbanos. Nesse caso, por intermédio da intervenção policial e judiciária, instância a qual coube o recrutamento de parte da clientela para algumas das unidades institucionais. Criados em 1918, até 1926 foram inauguradas 22 unidades espalhadas pelas regiões do país, com concentração no Sudeste¹².

Os **Cursos Complementares dos Patronatos Agrícolas** funcionaram na Fazenda Modelo de Sta. Mônica e no Posto Zootécnico de Pinheiro, atendendo a uma clientela entre 16 e 18 anos, oriunda dos patronatos agrícolas, no ensino de disciplinas básicas e práticas agrícolas, especialmente voltados para a qualificação de trabalhadores com algum nível de especialização (tratadores, aradores, capatazes etc.).

Os **Centros Agrícolas** foram criados com o objetivo de intervir frente aos problemas da mão-de-obra, especialmente agravados com o refluxo da migração no pós-guerra. Voltando-se para os "trabalhadores nacionais", buscava incluir, especialmente, a população indígena ao contingente de mão-de-obra com algum nível de treinamento e disponível para a produção agropecuária. Intencionalmente criados em áreas de origem dos migrantes (Nordeste e Minas Gerais), pretendia agir sobre a mobilidade dos trabalhadores, concorrendo para a manutenção dos mesmos em suas localidades (cf. Lima, 1995).

Vinculados administrativamente aos órgãos com atribuições específicas de tratar os problemas da mão-de-obra a partir do contingente disponível entre a população nacional¹³, os centros agrícolas foram definidos como de grande relevância enquanto instrumento frente a uma população qualificada negativamente, presa na rotina das práticas tradicionais agrícolas:

Os resultados decorrentes dos centros agrícolas, sob cuja influência renascerão o trabalho e a prosperidade das regiões onde hoje impera a miséria e a preguiça, devem ser de natureza a tornar urgente o estabelecimento de muitos outros, principalmente ao norte, nas zonas em que o trabalhador nacional não pode ser dispensado, porém carece, para tornar-se convenientemente utilizável, do estímulo e da educação profissional de que os centros serão uma fonte inesgotável. (rmaic, 1911-12)

¹² Os patronatos agrícolas foram tema da minha tese de doutoramento (Oliveira, 2000).

¹³ Quando de sua criação, em 1911, os Centros Agrícolas foram vinculados ao SPILT (Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional). Com a reorganização administrativa do Ministério, em 1918, demandada por uma nova divisão de trabalho articulada à especialização dos serviços, os Centros Agrícolas foram transferidos para o Serviço de Povoamento, que passou a tratar das atribuições referentes ao "trabalhador nacional"; quanto aos assuntos referentes à população indígena, foram concentrado no SPI (Serviço de Proteção do Índio).

O destino dos centros agrícolas, segundo a documentação tratada, foi de tornarem-se Núcleos Coloniais, à medida que objetivavam atrair a população local, dispersa, prestes a migrar, mobilizando-a no espaço de sua influência. Aos núcleos coloniais era dispensado um tratamento específico, visando a futura emancipação dos mesmos (cf. rmaic, 1924).

Cabe observar que parte das unidades institucionais que compunham o sistema de ensino agrícola sob administração do Ministério da Agricultura foi instalada em colônias ou núcleos coloniais, também vinculados à mesma instância governamental. Segundo a documentação, em 1911 foram registradas 38 unidades, localizadas nas regiões Sudeste e Sul¹⁴, que contavam com escolas públicas de ensino primário, campos de demonstração, postos meteorológicos e oficinas.

O ensino ambulante de agricultura era definido como uma das formas do ensino popular agrícola. Voltado para a prática, estava sendo implementado, em 1910, em 12 estados da federação, com concentração naqueles do Nordeste. Era proclamada a intenção de que fosse ministrado em todos os estados:

Empenhado em dar ao ensino ambulante feição condizente com os fins a que ele se propõe, julgou acertado o diretor do Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícolas organizar um programa de 12 lições, contendo a matéria essencial ao agricultor e compreendendo em seu conjunto o estudo do solo, processos de cultura, instrumentos agrários empregados, adubação, escolha das sementes, sementeira e todas as questões agrícolas referentes à colheita, sua conservação, trato de animais, moléstia que lhes são próprias e às plantas cultivadas, etc. (...) foi recomendado que as lições sejam professadas dentro dos limites do referido programa, de maneira que o ensino seja intuitivo, uniforme, acessível àquele a quem se destina, e aproveitando, por igual, a todos que devem utilizá-lo. A instrução que assim se distribui, quer nos grandes centros rurais, quer nos povoados mais longínquos, é apenas uma exposição de cousas agrícolas, acompanhadas de explicações simples, feitas com auxílio de amostras de terras, sementes, modelos de instrumentos agrícolas, ou com os próprios instrumentos, espécimes de plantas, produtos vegetais, quadros esquemáticos, etc. (rmaic, 1909-1910: 15)

Nos relatos oficiais, tais cursos aparecem cercados de entusiasmo, fruto das atividades em realização; registravam a receptividade por parte dos produtores rurais, expressa na demanda e assiduidade dos mesmos. Tal situação era assim explicada:

¹⁴ Os investimentos em trabalhadores migrantes, especialmente aqueles com origem fora do país, também foram realizados pelos governos estaduais e por particulares. Neste trabalho estou tratando das atividades restritas ao governo federal, vinculadas ao Ministério da Agricultura.

os cursos ambulantes substituem os cursos regulares dos estabelecimentos de ensino agrícola, em que, as mais das vezes, por circunstâncias especiais, os homens do campo não podem ir receber os ensinamentos práticos de que necessitam para o exercício inteligente da indústria agrícola e sua proveitosa e econômica exploração. (rmaic, 1911-12: 23)

Aos professores foi incumbida, também, a tarefa de fazer propaganda da criação de sindicatos e cooperativas entre a população rural. Disponham, para cada região, de mapas com as especialidades, informações sobre as condições ambientais, as culturas e indústrias que poderiam ser incrementadas em condições de produção vantajosas.

As **Inspetorias Agrícolas**, voltadas para dar suporte às atividades burocráticas do ministério, também foram incorporadas ao plano de ensino, cabendo às mesmas a distribuição de sementes, publicações, bem como a exposição de máquinas agrícolas, as quais tinham como objetivos:

1º., que sejam colocadas na sala da Inspetoria mais acessível ao público; 2º., que em dia determinado e em terreno que procurarão obter da respectiva municipalidade, sejam ensaiados os ditos instrumentos em presença de agricultores e dos alunos das escolas primárias convidados para esse fim; 3º., que os mesmos instrumentos agrários sejam emprestados aos agricultores que os solicitarem, de acordo com as condições que forem estabelecidas (rmaic, 1909-10:17).

Os **Campos de Demonstração** foram criados para propiciarem oportunidades nas quais se divulguem "entre os agricultores da circunscrição em que eles se acham instalados, conhecimentos práticos vantajosamente obtidos nas experimentações das várias culturas aí tentadas, sob múltiplos aspectos" (rmaic, 1911-1912:xxiv). No início da década de 1910, estavam criados 08 (oito) unidades, distribuídas pelo país, sendo que 04 localizadas na região Nordeste. Os campos poderiam ser criados com a reunião de recursos de diversas instâncias (governos locais, associações **agrícolas e particulares**), ficando o governo federal com os encargos de custeio de pessoal.

Considerações finais

Durante o período enfocado, especialmente nas décadas de 1910 e 1920, novas instituições foram criadas, outras reorganizadas outras, propostas definidas e parte delas implementada. Voltavam-se para a reafirmação do conhecimento científico, como encaminhador para o

progresso, e da educação, como mediadora da cidadania e como um componente da obra civilizatória.

A formulação do projeto de ensino agrícola primou pela hierarquização: ordenava os espaços de formação e discriminava as atuações dos segmentos, pretendendo controlar as relações entre eles. Agrônomos, técnicos e trabalhadores seriam preparados para atuarem na superação do atraso agrícola do país. Lançando mão de recursos existentes e criando outros, na intenção de civilizar e modernizar o campo, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio formulou propostas diversificadas para o ensino agrícola, com a pretensão de abranger a dimensão territorial do país e disciplinar, com base em procedimentos científicos e técnicos, uma população previamente definida como seu alvo, objetivando a sua incorporação numa nova ética do trabalho.

Referências

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatório do Ministro ao presidente da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatórios do Ministro ao presidente da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909 – 1924.

HERSCHMANN, Micael M. A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo. IN: HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos A. Messeder. *A invenção do Brasil moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.43-65

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In FAUSTO, Boris (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 3ª. Edição. São Paulo: DIFEL, 1985, t.III, vol.2.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2000.

Milton Ramon Pires de Oliveira é professor no Departamento de Educação e coordenador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Endereço: Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Campus Universitário, Viçosa – Minas Gerais, CEP: 76571-000.

Email: mramon@ufv.br

Recebido em: 10/06/2003.

Accito em: 15/01/2004.